

Programa Bolsa-Escola exclui 60 mil crianças

O benefício deixará de ser pago porque os estudantes deixaram a escola

Brasília - Cerca de 60 mil crianças foram excluídas temporariamente do Programa Bolsa-Escola Federal por abandonar as salas de aulas ou não atingir 85% de frequência. O benefício é concedido atualmente a 8,2 milhões de menores entre 7 e 16 anos em todo país.

O Ministério da Educação (MEC) repassa para famílias com renda até R\$ 90 mensais,

uma ajuda de R\$ 15 por estudante. O valor da bolsa pode ser complementado pelas prefeituras. Nas contas do Ministério da Educação (MEC), 91 municípios brasileiros ainda estão fora do programa, sendo nove no Estado de São Paulo.

Benefícios

Em relação às prefeituras paulistas, Canas, Paulínia, São Caetano e Tanabi não enviaram um único documento para receber os benefícios. Já Aguas de São Pedro, Alambari, Serra Negra, Sumaré e Tuiuti precisam apresentar os cadastros dos estudantes.

A relação também inclui capitais brasileiras como Florianópolis, Recife e Belo Horizonte, que alegam dificul-

dades burocráticas para implantar o programa.

O MEC pretende intensificar o programa especialmente na Região Norte, onde 8% dos municípios estão fora dos benefícios. No município de São Paulo, 93% das crianças de famílias carentes ainda não entraram no programa.

"São Paulo está deixando de receber um montante total de R\$ 2 milhões por mês", afirmou o secretário do Bolsa-Escola, Floriano Pesaro.

Regras

O MEC decidiu alterar as regras de inclusão de novos estudantes no programa. Com isso, a prefeitura de São Paulo não poderá mais apresentar cadastros parciais. Se quiser am-

pliar e consolidar o programa, o município será obrigado a informar dados de todas as crianças que podem ser enquadradas no benefício.

Ou seja, terá de cadastrar de uma só vez as 93% que ainda estão fora do Bolsa-Escola para incluí-las no programa. O Governo garante que as crianças já cadastradas não serão prejudicadas. Para justificar a mudança, o MEC alega que as prefeituras não estavam priorizando famílias com mais dificuldades financeiras.

Outra exigência que passará a ser feita pelo Governo é a implantação de conselhos locais de controle do programa. O MEC ameaça suspender municípios que não estejam mantendo o conselho. (AE)